

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE, DES. RICARDO MÚCIO SANTANA DE ABREU LIMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 28 do Regimento Interno e considerando o disposto nos artigos 54, III e parágrafo único c/c 55, I, “a”, § 1º e § 2º da Lei Complementar 101 - LRF, de 4/5/00, publicada no D.O.U., Seção 1, de 5/5/00, no teor da Portaria 495, de 6/6/17, da Secretaria do Tesouro Nacional e no item 9.4 do Acórdão 553/2017 – Plenário, de 29/3/2017, do Tribunal de Contas da União, resolve:

Art. 1º. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao Demonstrativo da Despesa com Pessoal e o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em cumprimento ao Acórdão 553/2017- TCU Plenário – item 9.4, no período compreendido entre setembro de 2017 a agosto de 2018, constantes dos anexos desta portaria.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Des. Ricardo Múcio Santana de Abreu lima
Presidente

ANEXO I

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO 2017 A AGOSTO 2018
RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”)

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)														INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS														
	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.481.891,27	5.930.486,90	8.714.268,79	6.533.275,35	7.576.848,00	5.838.518,35	5.703.606,43	5.717.136,03	5.774.082,65	5.683.982,82	5.588.471,45	5.830.161,02	74.372.729,06	3.228,42	
Pessoal Ativo	4.609.234,43	5.023.807,37	7.320.112,85	5.621.814,91	6.209.657,22	4.920.515,78	4.788.874,92	4.802.404,52	4.884.001,26	4.769.816,66	4.668.275,61	4.909.880,60	62.528.396,13	3.228,42	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	3.959.767,67	4.370.895,20	5.979.126,15	4.926.223,23	5.538.179,54	4.256.108,99	4.115.101,81	4.128.537,78	4.203.010,60	4.087.051,00	3.992.721,72	4.226.892,17	53.783.615,86	3.228,42	
Obrigações Patronais	649.466,76	652.912,17	1.340.986,70	695.591,68	671.477,68	664.406,79	673.773,11	673.866,74	680.990,66	682.765,66	675.553,89	682.988,43	8.744.780,27	-	
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pessoal Inativo e Pensionistas	872.656,84	906.679,53	1.394.155,94	911.460,44	1.367.190,78	918.002,57	914.731,51	914.731,51	890.081,39	914.166,16	920.195,84	920.280,42	11.844.332,93	-	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	649.248,89	641.172,65	1.008.828,50	661.236,19	991.854,35	662.908,50	662.072,35	662.072,35	637.422,23	633.402,75	646.380,33	646.464,91	8.503.064,00	-	
Pensões	223.407,95	265.506,88	385.327,44	250.224,25	375.336,43	255.094,07	252.659,16	252.659,16	252.659,16	280.763,41	273.815,51	273.815,51	3.341.268,93	-	
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras despesas de pessoal decorrentes do contrato de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1º do art. 19 da LRF)	898.570,67	915.467,74	1.154.963,29	292.425,64	1.367.190,78	921.818,95	948.940,91	919.942,60	891.113,93	914.166,16	920.195,84	920.280,42	11.065.076,93	-	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	8.788,21	11.031,60	-	-	3.816,38	19.545,10	744,13	-	-	-	-	43,925,42	-	
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	25.913,83	-	-	151.978,16	-	-	14.664,30	4.466,96	1.032,54	-	-	-	198.055,79	-	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	872.656,84	906.679,53	1.143.931,69	140.447,48	1.367.190,78	918.002,57	914.731,51	914.731,51	890.081,39	914.166,16	920.195,84	920.280,42	10.823.095,72	-	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)= (I-II)	4.583.320,60	5.015.019,16	7.559.305,50	6.240.849,71	6.209.657,22	4.916.699,40	4.754.665,52	4.797.193,43	4.882.968,72	4.769.816,66	4.668.275,61	4.909.880,60	63.307.652,13	3.228,42	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL							VALOR					% SOBRE A RCL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)							770.352.095.045,15								
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (V)= (IIIa + IIIb)							63.310.880,55					0,008218			

LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	108.943.193,28	0,014142
LIMITE PRUDENCIAL (VII)= (0,95xVI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	103.496.033,62	0,013435
LIMITE DE ALERTA (VIII)= (0,90xVI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	98.048.873,95	0,012728

Fonte: SIAFI, Unidade Responsável: COFIC/SAO/TRE-SE, Data de emissão: 21/set/2018, hora da emissão: 8h e 15m.

¹ Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1) Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013

2) Valor da RCL referente à Portaria STN nº 637, de 19 de setembro de 2018.

ANEXO II

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO 2017 A AGOSTO 2018

R\$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	74.375.957,48
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	11.065.076,93
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	63.310.880,55

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA –RCL (IV)	770.352.095.045,15
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V)= (III/IV)*100	0,008218%

	%DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	0,014182%	109.251.334,12
\1	0,014168%	109.143.484,83
	-	-
	0,014142%	108.943.193,28
	-	-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

Norival Navas Neto
Secretário de Administração, Orçamento e Finanças

Ana Maria Rabelo de Carvalho Dantas
Coordenadora de Controle Interno e Auditoria

Rubens Lisbôa Maciel Filho
Diretor-Geral

Des. Ricardo Múcio Santana de Abreu lima
Presidente